

Pacote do governo não facilita reeleição

Sandra de Souza - 10/9/96

Carlos Eduardo - 3/8/98

WLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA - As medidas econômicas adotadas pelo governo nas últimas semanas devem ter uma influência maior sobre o déficit fiscal, piorando as contas, do que, propriamente, sobre o ritmo de atividade da economia, o que beneficiaria os eleitores e poderia definir sua decisão em outubro. No entanto, todas essas medidas têm sido anunciadas com grande alarde. Especialistas do mercado e do governo avaliam que seu resultado é mais retórico do que prático. O que parecia um presente real ao eleitor - como a redução das alíquotas do IOF e do IPI, o pacote contra o desemprego e o corte no preço dos combustíveis - pode ser apenas uma ilusão.

Ao contrário de 1994, quando a candidatura do então senador Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República subiu com as vendas do comércio, em 1998 o ritmo da economia não tem ajudado tanto. Um diretor do Banco Central diz que a decisão de aumentar gastos na área social, uma das medidas mais festejadas pelo governo, seria muito mais "pirotecnia" do que disposição ao gasto efetivo.

"As despesas já estavam previstas e não houve economista que se surpreendesse com a formalização do que vinha ocorrendo", argumenta. Um assessor do banco, entretanto, lembra que o simples sinal do Palácio do Planalto a favor dos gastos tende a piorar a avaliação que os investidores fazem do país e dá um certo incentivo aos governadores, que também estão em campanha. É a pressão sobre o déficit.

Recessão - O professor Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um opositor e tradicional crítico do governo, concorda com a avaliação. Ele acredita que a precocidade da crise asiática, que afetou o Brasil ainda em novembro, permitiu que o governo se recompusesse para evitar recessão na campanha eleitoral. "Isso deu ao governo a chance de afrouxar o controle fiscal às vésperas da eleição. O déficit público está aumentando e a disciplina fiscal tende a ir para o fundo do poço", alerta Paulo Nogueira, preocupado com o fato inédito de que tanto o presidente quanto os governadores estão disputando reeleições.

No governo, ainda há dúvidas sobre essa disposição de gastar, uma vez que, reeleito, seria o próprio presidente Fernando Henrique o responsável por administrar uma situação adversa. Assim, até o dilema sobre o destino dos recursos obtidos com a privatização da Telebrás seria inexistente. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, diz que o dinheiro servirá para a redução da dívida pública. "No caso da Telebrás, como o ágio foi muito grande, talvez uma parte da economia que teremos na conta de juros possa ser utilizada em outras áreas. Mas só uma parte, pois senão o efeito da privatização será nulo", sugere.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem recorrido à lógica para justificar as últimas decisões: "O governo não se pauta pelo calendário eleitoral, nem deixa de adotar as medidas necessárias devido à proxi-

midade das eleições." Reservadamente, entretanto, o ministro conclui que, ao manter o rumo da política econômica, o governo fortalece o principal capital político do presidente Fernando Henrique, que ainda é a estabilidade da moeda.

Um integrante da equipe de Malan informa que a decisão técnica de reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), tornando o crédito mais barato, descansava desde o início do ano no gabinete do ministro, à espera de um momento mais oportuno. Se tivesse sido adotada em março, a medida poderia ter impacto sobre o consumo. Anunciada em julho, a redução tributária de 15% para 6% pouco pode influir no comportamento do consumidor até as eleições.

"A redução do IOF, no máximo, poderá diminuir a inadimplência até lá, permitindo a renegociação das dívidas dos consumidores", avalia o ex-ministro Maílson da Nóbrega, da Consultoria Tendências. Para ele, também será parecido o impacto final da redução no preço dos combustíveis. "O anúncio gerou sensação de que as coisas estão mudando no Brasil, mas a redução será pequena e não terá efeito sobre a atividade econômica."

Cenário - O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, lembra que ainda é cedo para saber quando a economia voltará a se aquecer. Levantamento inicial tem mostrado dados contraditórios. "O uso de papelão para embalagens aumentou, mas a utilização de energia [na indústria] não mostra aquecimento", informa Lopes. Com isso, é possível que os efeitos sobre o consumo só aconteçam após a eleição, quando a inadimplência estiver menor. A avaliação predominante no Banco Central, entretanto, é a de que o ritmo da economia deve acelerar muito pouco até as eleições. Logo, o cenário econômico para a decisão de cada eleitor já estaria formado.

Já na queda do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os automóveis pesou muito mais o fato político criado pelas empresas - com a paralisação das vendas e ameaça de férias coletivas - do que seus argumentos. O governo não quis correr o risco de ver o desemprego aumentar no ABC. Mas, até aqui, os primeiros dados mostram aumento de vendas, o que beneficiaria tanto montadoras quanto o governo. Para Maílson, "o governo deu uma escorregadela, pois cedeu demais às montadoras sem ter garantia de que a redução do IPI possa chegar ao consumidor".

Mas o ex-ministro considera pior ainda a decisão do Banco Central de mudar, a dois meses da eleição, a forma de divulgação do déficit público - anunciando o valor acumulado no ano, em vez do tradicional resultado em 12 meses. O novo dado indica um déficit menor do que a estatística tradicional.

"O governo tem que medir o impacto de suas ações. A leitura natural foi de que o Banco Central queria esconder o número. Foi uma falta de sensibilidade e, até por isso, a decisão certamente não foi influenciada pelas eleições", diz Maílson.



Batista Júnior teme a indisciplina fiscal com candidaturas à reeleição



Malan garante que eleições não inspiraram as medidas do governo